

O “Novo” em velhas práticas: uma análise sobre a noção de “Novíssimos” Movimentos Sociais e Coletivos

The “New” in old practices: an analysis of the notion of “Brand New” Social Movements and Collectives

Lo “Nuevo” en las viejas prácticas: un análisis de la noción de “Nuevíssimos” Movimientos Sociales y Colectivos

Recebido em 23-06-2020

Modificado em 25-08-2021

Aceito para publicação em 09-09-2021



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38299>

20

 **Breno Augusto de Oliveira Santos**

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil, membro do Grupo de Estudos sobre Trabalho e Marxismo da UNICAMP e colaborador do grupo TESE - Trabalho, Economia, Sociedade e Ensino, do Instituto Federal de São Paulo (IFESP). E-mail: brenox4@yahoo.com.br

Resumo

O artigo propõe refletir sobre a noção de “novíssimos” movimentos e coletivos a partir da literatura que os caracterizam como novidade em razão do uso das redes sociais, da não vinculação partidária, da horizontalidade e da noção de autonomia dessas organizações. Indagamos se as características dos “novíssimos” movimentos e os coletivos como novidade não se assemelham às de outros movimentos e grupos políticos em diferentes tempos históricos. Apresentaremos, dessa forma, um breve debate sobre os movimentos autônomos e a noção de autonomia a partir de eventos como maio de 1968 na França e Itália para analisar como alguns dos “novíssimos” movimentos e coletivos herdaram velhas práticas.

Palavra-Chave: novíssimo; autonomismo; maio de 1968.



Introdução

Este artigo parte de uma questão em evidência entre alguns cientistas sociais, a noção dos “novíssimos” movimentos e coletivos como novidade a partir das manifestações de junho de 2013. Noções como “novos” ou “novíssimos” demarcam as lutas sociais contemporâneas, diferenciando-as a partir de características identificadas no interior de suas organizações. Nossa premissa é a de que as características de alguns desses “novíssimos” movimentos e coletivos assemelham-se com outros movimentos na história. Por isso, retomaremos as reflexões sobre as lutas populares dos anos 1960, produtoras dos “novos” sujeitos e dos “novos” movimentos, colocando em xeque os grandes sistemas teóricos como o marxismo e o funcionalismo (Alonso, 2009).

Assim, se o ano de 1968 foi um marco para as ciências sociais, em razão dos acontecimentos como o Maio Francês, acompanhado pelas greves na Itália, os levantes estudantis na Alemanha, a insurgência de jovens na América do Sul, o auge da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, aquele mesmo ano também marcava as lutas dos movimentos autônomos desvinculados de sindicatos e partidos.

As novas práticas encontradas em alguns dos “novíssimos” movimentos também estavam nos movimentos dos anos de 1960 e 1970, período marcado pelas agitações estudantis, como na Universidade da Califórnia em Berkeley em 1964, no Egito e Polônia em 1968, a invasão da polícia na Universidade de Madri, as passeatas estudantis, as greves em Osasco e Contagem, o assassinato de Martin Luther King nos Estados Unidos, as manifestações na Alemanha contra a morte do líder da Liga dos Estudantes Socialistas Alemães (SDS), a Primavera de Praga, o conflito estudantil em Nanterre e a invasão policial na Sorbonne (Cardoso, 2018); em suma, a sequência de acontecimentos que ocorreram nos anos 60 e desembocaram com a explosão juvenil em 1968 demarcam o tempo e o espaço.

Por isso, dividimos este artigo em duas partes: à primeira, coube a problematização da noção de “novíssimos” movimentos e coletivos como em relação às formas de organização e práticas históricas, retomando a categoria *experiência* de E. P. Thompson como a forma que homens e mulheres vivenciam o cotidiano e herdaram cultura, valores e práticas de outras gerações. Em seguida, apresentaremos um breve debate sobre a autonomia em diferentes correntes teóricas com o propósito de demonstrar que movimentos não vinculados a partidos, horizontais e autônomos não são novos, e suas práticas já estavam presentes em organizações daquelas décadas. Por fim, as notas conclusivas.

Problematização do novo

Junho de 2013 parece ser um corte temporal para alguns cientistas sociais, os quais captaram algo novo nos movimentos sociais e suas práticas políticas. Pequenos grupos com organização horizontal, aparentemente destituídos de lideranças formais e utilizando-se das redes sociais para sua organização e ação política passaram a ganhar maior destaque nas análises e reflexões sociológicas. Em meio ao complexo contexto de manifestações e a pluralização de organizações, encontravam-se presentes os diversos partidos de esquerda, organizações de movimentos sociais já estruturados, mas também novas experiências organizacionais, como o Movimento Passe Livre (MPL), que não se vinculava a nenhuma dessas outras organizações civis. Maria Glória Gohn (2017) o caracterizou como “novíssimo”.

Criado em 2005 em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial¹, o MPL esteve vinculado ao movimento estudantil e com a pauta baseada na mobilidade urbana dos estudantes. Em 2013, organizou atos contra o aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo, mobilizando centenas de estudantes universitários e secundaristas pelas redes sociais, o que resultou em grandes manifestações e repressão violenta por parte da Polícia Militar.

Estudiosos que se debruçam sobre movimentos sociais caracterizaram o MPL como um “novíssimo” movimento devido à sua forma apartidária, horizontal, autônoma e a desvinculação, e mesmo recusa, de partidos políticos (Gohn, 2017). Outros, incluem localidades² e o ciberativismo como característica central (Perez; Souza, 2017).

Para Gohn, a novidade do MPL foi a cultura política. Novidades foram apresentadas em suas estratégias de luta, sua pauta de mobilidade urbana, bem como a forma artística das manifestações, com música e fanfarras, com o apoio do movimento Autônomo Libertário, compostos por jovens cuja organização coletiva baseia-se no consenso de conselho³. Tais elementos são paridos do ambiente cultural do movimento estudantil, já que integrantes do próprio MPL vinculam-se aos estudantes do ensino superior. Estes elementos, segundo Gohn, nos colocam diante de novos sujeitos, os quais:

¹ Importante anotar a existência de experiências anteriores que, segundo o próprio MPL, influenciaram a formação do movimento: “O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005)”. Disponível em <https://www.mpl.org.br/>

² Entende-se por localidade os espaços de criação organização e atuação dos movimentos sociais e coletivos.

³ Debruçaremos no decorrer do artigo referências teóricas em defesa dos conselhos, cuja alusão parte das formas de organizações históricas de conselhos operários e populares vistos em contextos históricos específicos (os conselhos populares na França de 1871, os sovietes na Rússia em 1917, os conselhos populares na Revolução Alemã de 1918-1919, e as organizações estudantis na França em 1968) cuja organização horizontal promoveram decisões não hierarquizadas e a partir do consenso entre seus integrantes.

[...] disputam e ressignificam interpretações existentes sobre as questões em tela, ressignificando, portanto, com isso a cultura política vigente, criando novos discursos, novas práticas, novas representações e imaginários sobre o fato sociopolítico, econômico ou cultural em questão (Gohn, 2017:14).

O ano de 2013 colocou movimentos e/ou coletivos da juventude em evidência, transformando o cenário político e promovendo na produção científica a noção de novidade. Maia (2013) elucida que os movimentos e coletivos contemporâneos estariam na vanguarda das novas formas associativas, com o uso das redes sociais e organização horizontal. Santiago (2016), por sua vez, coloca o ambiente virtual como características dos “novíssimos”. Ademais, os “novíssimos” “são absolutamente autônomos aos partidos políticos, sindicatos e sequer possuem uma liderança formalmente eleita” (Santiago, 2016:41).

Para Santiago (2016), o “novíssimo” inclui como eixo central o uso da internet e as ocupações do espaço urbano. Entretanto, esses elementos que podem ser caracterizados como eixo que norteia a novidade podem ser relativizados quando se observa as experiências no espaço-tempo. As ferramentas de comunicação, por exemplo, são condicionantes para a existência dos movimentos sociais, sejam eles tradicionais, novos ou “novíssimos”, nesse sentido, corrobora-se a afirmação de Santiago ao citar Castells: “Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos, e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa, ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda história” (2013:19 *apud* Santiago, 2016:42). Reafirma-se que cada geração herda as formas e lutas do passado e utiliza-se das ferramentas do seu tempo.

Assim, o que distinguiria as diferenças entre os movimentos tradicionais e os “novíssimos” movimentos, seriam o uso das tecnologias digitais, a ausência de lideranças e a horizontalidade (Thibes *et al.*, 2020). Segundo a pesquisa de Thibes *et al.* (2020), os estudos sobre as novas formas de organização desses movimentos e coletivos se dividem em três correntes interpretativas: aqueles que entendem as redes como elemento central e que influenciam as formas de organização; outros que entendem que, apesar do uso intensivo das redes sociais, ainda haveria a presença de uma verticalidade; por fim, a horizontalidade como característica central dessas organizações. A diferença entre as velhas e novas formas podem ser, dessa forma, apresentadas da seguinte maneira:

Diferentemente da ação coletiva convencional, que normalmente demandaria de seus participantes tomadas de decisões mais difíceis e a adoção de identidades sociais e coletivas mais “trabalhosas”, que por sua vez exigem mais educação, pressão, socialização e um maior nível de formalização e utilização de recursos, as redes de ação conectiva são conjuntos de processos mais individualizados e organizados tecnologicamente que resultam em ações sem a necessidade da criação de identidades coletivas ou de níveis e esforços organizacionais robustos para responder a determinadas oportunidades políticas (Valiengo; Oliveira, 2020:88-89).

Já os coletivos identificados como novos protagonistas na cena política, podem ser destacados da seguinte forma:

Em um contexto de crítica à “política tradicional”, esta distinção ocorre porque, como veremos na próxima seção, os ativistas, por um lado, comumente percebem as organizações de movimentos sociais, as ONGs e mesmos as organizações de movimentos sociais como estruturas organizacionais estáticas, partidárias e hierarquizadas, e, por outro, autoconstróem a imagem dos coletivos como espaços dinâmicos, como mecanismos cotidianos de ação política pautados na autonomia e na horizontalidade (Marques; Max, 2020:13).

O “olhar para o novo” é um exercício comum nos estudos sobre movimentos sociais. Na década de 1980, Eder Sader (1988) também denominava como “novos sujeitos” aqueles cuja ação política não poderia ser caracterizada a partir do modelo tradicional, vinculados às organizações sindicais e partidárias, e localizados no ambiente fabril. Ao contrário destes, seriam as experiências cotidianas e as práticas políticas desses sujeitos que os determinariam como “novos”⁴. A noção de sujeito estaria associada à possibilidade de autonomia, não de forma voluntarista e livre de todas as determinações externas, mas sendo aquele capaz de realizar ações de acordo com as interações sociais vivenciadas. A noção de “novos sujeitos coletivos” expressaria sua coletividade e na construção identitária e, ao mesmo tempo, seus interesses e lutas em diferentes “lugares”.

É provável que explicações castoriadianas da autonomia do sujeito, e thompsonianas das experiências e consciências populares, tenham estado em leituras de cientistas sociais na década de 1980 (Santos, 2018; Perruso, 2008)⁵. Decerto, a produção intelectual daquela década foi marcada por uma releitura dos conflitos sociais. Essa releitura ocorreu concomitantemente ao processo de introdução de autores críticos ao marxismo ortodoxo, ao estruturalismo e ao funcionalismo, os quais indicavam que tais teorias eliminariam a autonomia dos sujeitos⁶. A introdução de teses que evidenciam essa autonomia dos sujeitos em relação à estrutura parece ser uma influência que sucedeu a partir de Maio de 1968 na França. As novas teorias que

⁴ Assim, Sader incluiu entre os “novos sujeitos” aqueles que se articulavam e formulavam suas reivindicações a partir de espaços sociais para além da fábrica, nos bairros, no campo, nas igrejas e as universidades, ou seja, os clubes de mães, os grupos comunitários, as comissões de moradores, as comunidades de base da Igreja etc.

⁵ A recepção de Thompson e seus usos pode ser encontrado em Mattos (2012) e Santos (2018).

⁶ Referimos a recepção das obras de E.P. Thompson e Castoriadis em trabalhos acadêmicos que dialogaram com outras como as de Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Sobre as recepções nas Ciências Sociais ler Perruso (2008) e Santos (2018).

valorizavam a heterogeneidade, a cultura, as tradições e experiências cotidianas e possibilitavam reflexões sobre práticas sociais e costumes, passaram a ser referenciadas em pesquisas acadêmicas nos cursos de Ciências Sociais (Santos, 2018; Perruso, 2008).

Entende-se, portanto, que a busca do “novo” não é uma novidade entre os cientistas sociais. A noção de “novos sujeitos”, na década de 1980, por exemplo, teve uma significativa importância em diversas pesquisas⁷, destacando os processos de luta durante o período de abertura política e de consolidação da Constituinte de 1988. Mas qual é a implicação da noção do “novo” ou “novíssimo”?

Em 1975, Castoriadis questionava a noção de novidade diante da tentativa de se construir novas denominações institucionais na Rússia revolucionária. Para ele o “novo” estaria carregado de um simbolismo de linguagem, pois a noção carrega a dimensão da novidade, mas verifica-se também uma presença de traços históricos permanentes, herdados de tradições anteriores. O filósofo grego remete como a linguagem do “novo” apresenta-se no imaginário em diferentes contextos; é o caso dos bolcheviques após a Revolução Russa de 1917, que acreditavam estar criando uma nova linguagem e novas instituições, e por isso novos simbolismos. Mas havia algo realmente novo? Castoriadis conta-nos que quando os bolcheviques formaram um governo havia a necessidade de um nome, pois o “conselho de ministro” aludia às velhas estruturas, desagradando até mesmo Lênin, que, no entanto, se satisfez quando o termo colocado foi “comissários do povo”. Contudo, o funcionamento institucional continuaria parecido com os velhos aparelhos: “um aparelho *administrativo* distinto dos *administrados* – nesse nível, ficava-se de fato nos *ministros*, tomava-se a forma já criada pelos reis da Europa Ocidental desde o fim da Idade Média” (1982:147).

Se retomarmos um pouco mais, nos anos de 1960, veremos que a literatura após a explosão das lutas estudantis de maio de 1968 indicava o surgimento dos “novos”. A percepção era de que no campo da cultura se formariam as principais contestações, e que os “novos”, diferente dos “velhos”, são de uma sociedade que se responsabiliza por si mesma, autônoma, menos centralizadora e invocando sempre a participação democrática. Assim, Touraine, parafraseando Marx, descreve que: “hoje como ontem os homens fazem sua história, mas agora sabem que a fazem” (*apud* Scherer-Warren, 1983:56).

Os coletivos e movimentos “novos”, já na década de 1960, ou os “novíssimos”, aparentemente um fenômeno percebido pela literatura, que assim os consideram como inerentes ao tempo presente, na verdade carregam tradições, culturas e experiências anteriores; algo que já observara E. P. Thompson (1987; 2001) ao abordar os motins da plebe no século XVIII e a luta

⁷ Sobre um conjunto de pesquisas que enfatizariam o “novo” e os “novos sujeitos” encontram-se em Perruso (2008) e Santos (2018).

dos trabalhadores no século XIX, indicando que os sujeitos adquirem e compartilham suas experiências com a cultura, costumes e tradições.

A fluidez, horizontalidade e autonomia dos coletivos identificados por Perez (2019) ou mesmo a sua não institucionalização às organizações estruturadas, podem ser identificadas em experiências dos anos de 1960 e 1970. Organizações identificadas como “coletivos” podem ser encontradas na década de 1970 nos Estados Unidos, como o *Coletivo Combate River* formado por um grupo de militantes negras e lésbicas (Haider, 2019). Na Itália, coletivos conhecidos como *désirante*, cuja tendência libertária, inspirada pela filosofia de Félix Guattari, são identificados no final dos anos de 1970 (Schifres, 2008). A literatura levantada por Perez e Silva Filho (2017) indica a existência de coletivos feministas na década de 1960 no interior da “nova-esquerda”, assim como Marques e Marx (2019) em que destacam autores que já abordavam em suas pesquisas os coletivos feministas em décadas anteriores ao fenômeno da novidade⁸. O protagonismo, autonomia e horizontalidade dessas organizações apresentaram-se em diferentes sociedades e conjunturas políticas específicas no último século.

Quando os cientistas sociais observam os “novos” ou “novíssimos” movimentos, indaga-se quais heranças históricas estão presentes nessas organizações? Os elementos novos detectados caracterizam-se por rupturas ou adaptações, inovações, incrementos geracionais às condições determinadas pelo contexto histórico (acesso às novas tecnologias, internet, redes sociais, expansão da educação básica e superior)? E se ressignificam, seria suficiente para pensarmos em “novíssimas” experiências? Em termos analíticos, quais são os avanços?

Passado e presente estão incutidos em cada geração. O que dizer então sobre os coletivos de militantes negras nos anos 70 nos Estados Unidos? Ou os grupos autônomos presentes em maio de 1968 na França e os movimentos autônomos na Itália e Alemanha nos anos de 1960 e 1970? Os levantes iniciados por jovens universitários e greves operárias de maio e junho de 68 em França caracterizavam-se pela defesa da autonomia, pela contestação da tecnocracia burocrática, da via parlamentar, e o centralismo partidário; distinguiam-se pelo espontaneísmo e pela presença marcante situacionista.

Movimentos como o 22 de março, que surgiu em Nanterre (Corrêa; Mhereb, 2018), demarcavam as lutas autônomas em 1968 e que tomaram as ruas da capital francesa, sem a direção e organização dos partidos políticos de esquerda, como o PCF (Partido Comunista Francês). Ademais, buscavam uma autonomia frente à classe burguesa, às relações de dominação

⁸ Marques e Marx (2019) entendem que a novidade está na ressignificação de repertórios herdados do passado, e a própria Gohn (2014) relembra que “Do anarquismo e do socialismo libertário, grupos ressuscitam e renovam leituras sobre a solidariedade, a liberdade dos indivíduos, a autogestão, e a esquecida fraternidade, retomada nas ações de enfrentamento à repressão policial” (2014:432).

e à estrutura burocrática de Estado. A noção de “autonomia” era entendida como valorização do sujeito diante das instituições sociais, o controle burocrático e determinismos teóricos (Castoriadis, 1985).

São notáveis também os movimentos autônomos na Itália, cuja participação de intelectuais e militantes que se engajaram com as experiências das greves operárias dos anos de 1960 e 1970 é notória. Destaque para o Operaísmo, uma corrente política que incorporou intelectuais, trabalhadores e ativistas políticos, promoveu a crítica ao marxismo ortodoxo e o reformismo do PCI (Partido Comunista Italiano) e do PSI (Partido Socialista Italiano) (Pizzolato, 2017) e influenciou os movimentos autônomos italianos nos anos 1960 e 1970. Uma das características desse movimento foi a negação dos partidos e dos sindicatos. Antonio Negri participou diretamente desses movimentos e buscou em sua produção intelectual a subjetividade operária e o caminho à autonomia, promovendo uma releitura do marxismo.

A releitura de um marxismo nos anos de 1960 e 1970 presente entre intelectuais e militantes nos grupos autônomos não foi homogêneo, havia diferentes tendências, como anarquismo, neomarxismo, trotskismo, luxemburguismo, conselhismo e situacionismo. O autonomismo italiano diversificava em suas tendências, podendo ser “social-democrata para os anarquistas, demasiado anarquista para os marxistas-leninistas e demasiado ambas as coisas para a Nova Esquerda (...)” (Tari, 2013:07). Tal diversificação de tendências é encontrada também entre os ativistas de movimentos sociais contemporâneos, como o MPL.

A diversidade de tendências no núcleo desses grupos foi uma de suas características, mas com elementos comuns em todas elas, destacavam-se a ausência de uma direção centralizada e uma significativa oposição ao controle dos aparelhos partidários e de instituições burocráticas (Corrêa; Mhereb, 2018). Também nesse sentido, de acordo Jean Tible (2018), os movimentos de Maio de 68 expressaram as várias faces da autonomia dos diversos movimentos, os quais defendiam a ação direta, o reconhecimento da diversidade e o direito a fala sem intermediários e representantes; foi o momento da autogestão: “1968 marca o início do nosso mundo contemporâneo. Uma fenda no sistema de domínio, que provocou uma reação profunda, tanto política quanto econômica (...)” (Tible, 2018:14). Essas podem ser percebidas como heranças de *repertórios* que Maio de 68 proporcionou às lutas populares, e que têm sido retomadas e ressignificadas nas experiências organizacionais e de ação de coletivos contemporâneos; eis a novidade.

Em suma, as faces do tempo histórico indicam outras formas horizontais e autônomas das lutas populares, experiências do tempo e espaço que se modificaram ao longo do tempo de acordo com as condições históricas específicas. Experiências sociais e históricas, como nos

ensina E. P. Thompson, são herdadas e compartilhadas no decurso histórico. O “novo” ou “novíssimo”, como categoria analítica ou noção que marca o entendimento das ações populares, nascente em determinada conjuntura social, econômica e política, na verdade herda toda a produção humana anterior, incluindo suas formas de organização e de lutas.

A velha autonomia como teoria e a novidade como resignificação

Sabe-se que existe toda uma produção acadêmica sobre os novos movimentos e coletivos políticos, e não é a nossa pretensão fazer uma análise detalhada de sua literatura, mas refletir sobre o uso de noções como “novíssimo” diante das heranças de experiências marcadas pelo tempo e espaço. Seguindo o que discutimos anteriormente, nosso objetivo, nesta seção, é compreender que as experiências coletivas não desaparecem no tempo, elas estão incutidas, sofrem mutações, circulam entre os sujeitos⁹ e suas significações simbólicas são transmitidas entre as gerações. Assim, quando remetemos aos acontecimentos de Maio de 1968 na França e as ocupações operárias na Itália em 1973, é porque entendemos que os sujeitos em sua coletividade e em contextos históricos específicos se utilizam de ferramentas do seu tempo, comunicam-se e se organizam com os instrumentos disponíveis, do mesmo modo, resignificam as práticas culturais frente às experiências herdadas e compartilhadas, heranças geracionais que transitam entre as gerações e instituições.

Esse entendimento não é novo. Se os historiadores da intitulada História Social privilegiavam as ações coletivas, aspectos culturais, o cotidiano, as experiências e resignificações, os estudos sociológicos da ação coletiva corroboram quando se trata das heranças do passado. Tarrow (2009) ao tratar do conceito tillyano de *repertório*, indica que ele é ao mesmo tempo estrutural e cultural, pois as formas e meios utilizados pelos agentes em suas lutas não desaparecem repentinamente e nem outro nasceria pronto, mas se transforma, ou seja, “muda com o tempo, mas só lentamente. As mudanças fundamentais dependem de flutuações maiores nos interesses, oportunidades e organização” (2009:51). O conceito de *repertório* ajudaria, dessa maneira, a entender o uso de diferentes recursos em determinados contextos. Segundo Alonso (2012), o conceito procura contemplar um leque de maneiras de fazer política em diferentes períodos históricos.

⁹ A noção de resignificação e circularidade cultural está também presente em Carlos Ginzburg em *O Queijo e os Vermes* (2006), apresentadas em seu personagem Menocchio no século XVI, uma releitura do cristianismo a partir de um imaginário de um ambiente católico com a expansão protestante, a cultura resignifica diante sua mobilidade e as diferentes realidades, possibilitando uma relação recíproca entre o popular e o erudito.

O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário (2012:22).

A inovação de Tilly foi a conexão da pesquisa sociológica com a história, sobretudo, entre a proposta da História Social e a noção de longa duração de Fernand Braudel. Não desconsidera as mudanças no tempo, as peculiaridades culturais e geográficas, assim como as ressignificações culturais herdadas do passado. A ideia de longa duração teve como finalidade a percepção de um processo histórico mais amplo e capaz de evidenciar as transformações históricas (Melo Jr., 2010) e considera que as heranças culturais e formas herdadas do passado podem ser combinadas e difundidas com outras que estão surgindo (Tarrow, 2009)¹⁰.

Desse modo, heranças do passado, tais como: formas de organização, de lutas, práticas cotidianas, de comunicação e de ação, além de herdadas também sofrem transformações ao longo do tempo. Se considerarmos os acontecimentos dos anos de 1960, como as manifestações estudantis e operárias na França, Itália e na Alemanha, o movimento Hippie e os Panteras Negras nos Estados Unidos, a juventude armada na América do Sul, as experiências vividas em tempos de Ditaduras Militares nos anos 60 e 70, as guerras de libertação na África e a Revolução Cultural na China (1966-1969), a Guerra do Vietnã, eventos que marcaram diacronicamente em curto espaço de tempo, podemos compreender que, nesse período, intelectuais, trabalhadores, estudantes universitários ressignificaram também os espaços sociais e experiências coletivas. E foi nesse contexto que alguns intelectuais valorizaram a noção de autonomia como uma proposta de emancipação humana e a coletividade como potencial criativo; dessa maneira, afirmavam que seriam os sujeitos, e não as instituições, que promoveriam uma sociedade autônoma, e a partir deles que se desenvolveria radicalmente a liberdade, a igualdade e a justiça social (Amorim, 2014).

A proposta de autonomia, como se apresenta em teses dos “novíssimos” movimentos, aparecia nos anos 70 e 80 como teoria e projeto político em oposição à heteronomia, à burocracia e ao mecanicismo teórico do marxismo ortodoxo. Em tese, a *intelligentsia* daquele período procurou romper com o devir histórico, o vanguardismo e a sujeição ao Estado sobre os sujeitos,

¹⁰ Numa referência à difusão entre velhas e novas formas, Tarrow (2009:64-65) descreve que: “Muitas das futuras mudanças no repertório do confronto apareceram pela primeira vez nesses grandes eventos, como a tomada da Bastilha ou os Dias de Fevereiro em Paris. Mas seus fundamentos foram desenvolvidos nos interstícios da prática cotidiana de confronto: como a petição de massa, que teve origem numa prosaica prática de negócios na Inglaterra; a barricada que foi usada pela primeira vez para defender as vizinhanças de Paris dos ladrões; e a insurreição urbana usada pela primeira vez para exigir trabalho em Grenoble antes de se tornar instrumento de revolução na Bastilha”.

cuja própria ação autônoma dirige-se a si mesma, consciente de si e dos seus objetivos (Castoriadis, 1985).

O “novo sujeito” substituiria a noção estrutural de classes, ele não é a princípio o indivíduo, mas aquele que junto à coletividade e diante das instituições determina suas vontades. As barricadas de Paris em 1968 demonstravam-se espontâneas e autônomas, “marcadas pela recusa de qualquer organização nos moldes tradicionais e profundamente críticas do burocratismo, da hierarquia e da cisão que costuma ser gerada na relação entre dirigentes e dirigidos” (Ridenti, 2000:144).

Diante do imaginário de época, o autonomismo passou a marcar diferentes campos, seja entre os grupos denominados Conselhistas de esquerda, seja entre os Situacionistas de Guy Debord¹¹ ou autonomismo operáista de Mario Tronti e Antonio Negri, ou a autonomia de Castoriadis, campos que se diferem de acordo com suas correntes teóricas. Entretanto, as diferentes correntes destacaram a “autonomia política” a partir do espaço de ação, a resistência diante das formas de subsunção dos sujeitos às estruturas produtivas, às formas centralistas de subordinação de políticas partidárias e sindicais, e às condições de trabalho e de vida.

Para Mario Tronti (2012), outro autor que também se volta para o período, havia uma revolução cultural naquele momento, provocando a emergência de figuras significativas, que colocou em pauta a autonomia e a cultura política em primeiro plano, emergindo o “novo sujeito social” ante às antigas formas. Tronti trata o autonomismo nessa esfera, diferenciando a vivência das gerações operárias que viveram o início dos anos de 1960 e que participaram dos eventos de 1977, cuja auto-organização e a autonomia se viam presentes¹². Esse autonomismo, o qual vislumbrou a noção do “novo sujeito”, pode ser entendido tanto na busca de independência dos trabalhadores diante dos sindicatos e partidos, quanto na extensão da fábrica na sociedade (Altamira, 2008).

Já em Castoriadis, o sujeito autônomo “é aquele que sabe ter boas razões para concluir: isso é bem verdadeiro, e: isso é bem meu desejo” (1982:126). A autonomia do pensamento só se torna oposição à heteronomia e às formas de alienação quando a partir da superação dos instintos e pulsões (Id) pela consciência e vontade (Ego). Entender que nas relações cotidianas das instituições, o sujeito é “dominado por um imaginário vivido como mais real que o real (...)” (*idem*:124). Assim, a proposta de Castoriadis para um imaginário radical, de um projeto de autonomia cuja criatividade é um eixo sócio-histórico, é uma sociedade que se autocria e que se

¹¹ Guy Debord foi um dos principais nomes do movimento situacionista, destacado pela obra *A Sociedade do Espetáculo*.

¹² Os operáistas como Tronti e Negri acreditavam que o operário no capitalismo moderno se estendeu para além da fábrica, introduzindo, assim, a noção de operário social a qual incorporava as demais lutas urbanas.

desenvolve a partir de um fluxo de significações sociais. Essa criatividade não é exclusiva ao indivíduo, mas ao coletivo, ela intensifica as atividades psíquicas e que compõem o social. É nesse imaginário radical que aparecem a autonomia do pensamento e do agir, oposição à heteronomia, em que “o sujeito precisa aparecer como uma subjetividade capaz de deliberar e exercer vontade em contextos democráticos – mas não qualquer vontade, daí a autonomia ter um enfoque mais coletivo” (Prates, 2016:88)¹³.

A autonomia é para Castoriadis um projeto histórico-social, e o projeto de uma sociedade autônoma passa por indivíduos reflexivos numa relação em que “os outros estão sempre presentes como alteridade e como *ipseidade* do sujeito (...)” (1982:130)¹⁴. A autonomia é “a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo” (*idem*:131).

Já no movimento situacionista, o qual se tornou umas das grandes influências aos movimentos de Maio de 68, o sentido autônomo aparece como crítica às formas de espetacularização das imagens, do fetiche da mercadoria e do consumo. Organizado a partir da formação da Internacional Situacionista (IS), grupos e coletivos de artistas e letristas, entre os quais, Guy Debord, propuseram nos anos de 1950 as grandes cidades como objeto para a realização da arte total, uma revolução que “pudesse unir a vida cotidiana (...) à prática artística humana de maneira indissociável (Monte, 2015:12).

Procuravam, assim, refletir sobre a emancipação humana, a liberdade criativa do sujeito, a disponibilização do tempo aprisionado em diferentes formas do domínio capitalista. Para alguns membros da IS a tecnologia, apropriada completamente pelos homens, poderia possibilitar a dispersão do tempo humano, uma emancipação do homem para a criatividade artística, ou seja, “(...) não haverá mais trabalho no sentido tradicional e não haverá mais tempo "pós-trabalho", mas um tempo livre para liberar energias antieconômicas” (1959 *apud* Monte, 2015:21.)¹⁵. Para que a autonomia seja contemplada, os situacionistas corroboravam com a ideia

¹³ Prates sintetizou a proposta de autonomia em Castoriadis em três pontos: “o ideal de autonomia subentende ainda uma mudança radical do sujeito em pelo menos três outros sentidos: 1) como não existe sociedade sem lei, a lei existe para ser obedecida; mas ela pode e deve ser também questionada, debatida, numa sociedade autônoma, composta por sujeitos autônomos; 2) se isso implica numa maior participação individual, por outro lado não elimina por completo a resistência e o peso de muitas significações imaginárias sociais – sedimentadas na moral, na tradição, nos consensos, nos costumes, etc. –, o que evidencia ainda mais a dispare correlação de forças existentes na vida social; 3) a autonomia visa transformar ainda a relação do sujeito com este outro desconhecido que está inconscientemente internalizado em cada um de nós – e é por isso que ela não pode alimentar a realização de todos os desejos do sujeito, mas deve surgir a partir do conhecimento do sujeito sobre ele mesmo e do controle dos impulsos e manifestações de seus próprios desejos” (Prates, 2016:89).

¹⁴ Castoriadis (1982) compreende a noção de autonomia numa relação que se pressupõe também o “eu” e o “outro”, ipseidade e alteridade.

¹⁵ Retirada de Giuseppe Pinot-Gallizio. Discurso Pintura Industrial e uma Arte Aplicável Unitária, Internationale Situationniste N. 3 (dezembro de 1959).

de uma sociedade organizada por conselhos, noção compartilhada entre os comunistas de conselho e o grupo *Socialismo ou Barbárie* de Claude Lefort e Cornelius Castoriadis.

A noção de autonomia, como tratamos até o momento, está carregada de significados, tal como independência de classe, autonomia política, autogestão, espontaneísmo e horizontalidade. Essa noção carregou no imaginário o reino da liberdade, a qual Marx e Engels (2005:59) aludem ao dizer que “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.

Em suma, o discurso da autonomia envolve o não-autônomo. Isso nos ajuda a compreender as experiências contemporâneas, a autoidentificação como autônomo em relação às experiências organizacionais discursivamente percebidas como não-autônomas ou que não permitem autonomia da ação dos sujeitos. Essa busca pela autonomia frente às instituições marcaram as experiências organizacionais e de lutas de diferentes movimentos sociais na história. Se as velhas práticas permanecem no tempo e estão incutidas em lutas contemporâneas, o “novo” ou “novíssimo” é somente uma novidade teórica, mas não da prática social.

Notas conclusivas

A proposta reflexiva deste artigo foi retomar como eixo as experiências históricas e suas heranças permanentes no tempo. Com isso, buscamos indagar a noção de “novo” ou “novíssimo” diante de práticas organizacionais que, senão similares às gerações passadas, são ressignificações no tempo presente, fazendo-se novidade. Mas toda nova noção que identifica um fenômeno social pode, e talvez deva passar pelo crivo da crítica. O artigo publicado por Uclés, em 1989, afirmava que as categorias “novos” e “tradicionais” proporcionaram mais obscuridade do que clareza para as análises sobre os movimentos sociais. O “novíssimo” parece dar o mesmo sentido.

Para Perez e Souza (2017), o termo “novíssimos” foi adotado por Gohn para distinguir as experiências coletivas contemporâneas, de início do século XXI, dos demais movimentos sociais, sejam eles identitários, sejam aqueles que lutam por melhores condições de vida. O termo nomearia a novidade do milênio. As características como a horizontalidade de suas organizações, autonomismo, suas pautas e o uso das novas tecnologias de informação e comunicação se diferenciariam de outras organizações. No entanto, como vimos ao longo do artigo, movimentos da década de 1960 já evidenciavam características heterogêneas, horizontais e autônomas. A comunicação “alternativa” também já era uma realidade. Os grupos autônomos, por exemplo, utilizavam-se de ferramentas de comunicação do seu tempo, como jornais,

panfletos, pichações, entres outras formas. A novidade, hoje, é a velocidade da comunicação e a pluralização dessas e de novas experiências promovidas e/ou potencializadas pela internet e suas novas tecnologias.

Assim, concordamos com Perez e Souza (2017) sobre o argumento de que os movimentos são heterogêneos e coexistentes com heranças do passado, por isso,

[...] não é possível afirmar que as práticas de hoje são substancialmente diferentes das do passado. Pelo contrário, orientações distintas coexistem por vezes dentro do mesmo movimento. Conforme esse argumento os velhos, os novos ou os novíssimos movimentos sociais sempre conviveram em um mesmo espaço temporal. O que muda é a seleção feita pelo pesquisador e a forma de interpretá-los (Perez; Souza, 2017:10).

Não podemos analisar as “novas experiências” fora de suas relações contextualmente inscritas, isto é, sem considerar o contexto histórico, político, cultural e social do seu tempo. Ao mesmo tempo, devemos analisar as permanências históricas dessas organizações e talvez a pergunta inicial deva ser: quais as motivações que têm levado os sujeitos a buscarem novas experiências organizacionais, a resgatarem “velhos” valores e princípios de ação e organização coletiva? Entender esses elementos pode ser um bom ponto de partida para compreendermos os fenômenos emergentes. O passo seguinte seria a reflexão teórico-analítica sobre esses elementos: será mesmo que são suficientes para pensarmos um “corte” temporal, teórico e analítico?

Em suma, alguns dos “novíssimos” movimentos carregam velhas formas de organização e de luta. Parece-nos que as Ciências Sociais, ao se deparar com os eventos históricos do seu tempo, deixa ou desconsidera as experiências humanas do passado e suas permanências no tempo presente. Relembrando E. P. Thompson (1981) e sua crítica a Althusser, em que a História não poderia ser uma manufatura da grande e pequena teoria, nem um laboratório experimental, pois ela teria como objetivo reconstituir, explicar e compreender as ações de homens e mulheres reais, cujas lutas são expressões de experiências políticas históricas e não constituídas de imediato. Assim, também relembramos que até mesmo a *intelligentsia* contemporânea é herdeira dos fantasmas do passado.

Referências

- ALONSO, Angela (2012), “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito”. *Sociologia & Antropologia* [online], v. 2, n. 3, pp. 21-41 [Consult. 09-09-2021]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/?lang=pt#>
- ALTAMIRA, César (2008), *Os marxismos do novo século*. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- AMORIM, MIRTES MIRIAN (2014), Castoriadis – projeto de uma sociedade autônoma e democrática. *PIDCC*, Ano III, edição n. 06/2014, pp. 114-131 [Consult. 09-09-2021]. Disponível em <http://pidcc.com.br/br/edicao-atual/2-uncategorised/127-castoriadis-projeto-de-uma-sociedade-autonoma-e-democratica>
- CARDOSO, Irene. Posfácio (2018), “1968: signo histórico”, in E. Morin, C. Lefort, C. Castoriadis (Orgs.), *Maio de 68 a brecha: 20 anos depois*. São Paulo, Autonomia Literária, pp. 275-282.
- CASTORIADIS, Cornelius (1982), *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTORIADIS, Cornelius (1985), *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense.
- CHRISTOFFERSON, Michael Scott (2004), *French intellectuals against the Left. The antitotalitarian moment of the 1970s*. Nova York, Berghahn Books.
- CORRÊA, Erick; MHEREB, Maria Tereza (Orgs.) (2018), *68 como incendiar um país*. São Paulo, Veneta.
- GINZBURG, Carlos (2006), *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GOHN, Maria da Glória (2014), “A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais”. *Cad. CRH* v. 27, n.71, pp. 431-441 [Consult. 10-02-2021]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200013>
- GOHN, Maria da Glória (2019), *Participação e democracia no Brasil. Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, Vozes.
- GOHN, Maria da Glória (2017), *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo, Cortez.
- HAIDER, Asad (2019), *Armadilhas da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Trad. Leo Vinícius Liberato. São Paulo, Veneta.
- MAIA, Gretha Leite (2013), “A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política”. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*. v. 8, n.1 [Consult. 10-011-2020]. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8630/pdf>
- MARQUES, Marcelo de S.; MARX, Vanessa (2019), A inter-relação entre coletivos culturais e instituições no Espírito Santo: para além da fronteira (teórica) entre sociedade civil e Estado. In: 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. *Anais do...* Universidade Federal de Santa Catarina.
- MARQUES, Marcelo de S.; MARX, Vanessa (2020). “Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate”. *Simbiótica*, v.7, n. 3, pp. 8-32 [Consult. 20-01-2021]. Disponível em <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>
- MATTOS, Marcelo Badaró (2012), *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- MELO JR. João Alfredo Costa de Campos (2010), Fronteiras em Diálogo: Edward Thompson e Charles Tilly. *Revista de Teoria da História*, ano 2, n. 4, pp. 117-133 [Consult. 25-01-2020]. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28943>

- MONTE, Luiz (2015), *Deriva e psicogeografia na cidade contemporânea: experimento situacionista no centro do Recife*. 2015. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 108 p.
- PEREZ, Olívia Cristina (2019), “Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho”. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 3, pp. 577-596 [Consult. 10-02-2021]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>
- PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Mello (2017), “Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos”. in *41º Encontro Anual Da ANPOCS*. Anais do...Caxambu.
- PERRUSO, Marco Antonio (2008), *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese [Doutorado em Sociologia e Antropologia]. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PIZZOLATO, Nicola (2017), “Uma nova prática revolucionária: obreiristas e a 'recusa de trabalho' na Itália dos anos 1970”. *Estud. hist.* v. 30, n. 61, pp. 449-464 [Consult. 20-12-2020]. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0449.pdf>
- PRATES, M. T. (2016), “Cornelius Castoriadis: criatividade e autonomia na formação social-histórica”. Diferencia(s), *Revista de Teoría Social Contemporânea*, v. 2, pp. 70-93 [Consult. 15-10-2020]. Disponível em <http://www.revista.diferencias.com.ar/index.php/diferencias/article/view/33/20>
- RIDENTI, Marcelo (2000), “1968: rebeliões e utopias”, in D. A Reis Filho, J. Ferreira, C. Zenha (Orgs.). O século XX. v. 3. *O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SADER, Eder (1988), *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1979-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTIAGO, Leonardo Sangrillo (2016), *Os “novíssimos” movimentos sociais e a sociedade em rede: a criminalização das “jornadas de junho” de 2013 e a consolidação de um Estado delinquente*. Dissertação [Mestrado em Direito] Santa Maria, RGS.
- SANTOS, Breno Augusto de O. (2018), *E. P. Thompson e as ciências sociais brasileiras: um estudo a partir das classes sociais*. Dissertação [Mestrado em Sociologia] Campinas, SP.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1983), Touraine: os movimentos sociais. In: _____. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*, *Cadernos de Ciências Sociais*, Florianópolis, SC, n. 1, pp. 50-56.
- SCHIFRES, Sebastien (2008), *Le mouvement autonome en Italie et en France (1973 – 1984)*. mémoire de master 2 de sociologie politique, septembre. [Consult. 06-06-2020]. Disponível em <http://sebastien.schifres.free.fr/master.pdf>
- TARÌ, Marcelli (2013), *Um piano nas barricadas: autonomia operária (1973-1979)*. Lisboa, Edições Antipáticas.
- TARROW, Sidney (2009), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes.
- THOMPSON; Edward P. (1981), *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

- THOMPSON; Edward P. (1987), *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- THOMPSON; Edward P. (2001), Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”, in A. L. Negro, S. Silva (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Unicamp.
- TIBLE, Jean (2018), Brechas que inspiram: Maio de 68 e nós. *Revista Outubro*, n. 30, maio, pp. 07-20 [Consult. 10-12-2020]. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2018/05/01_Jean-Tible.pdf
- THIBES, Mariana Z., PEREIRA, Natasha B., SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tathiana S. (2020), Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. *Simbiótica*, v. 7, n. 3, pp. 49-73 [Consult. 05-01-2021]. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33695/23174>
- TRONTI, Mario (2012), Our Operaismo, *NLR* 73, January–February [Consult. 25-10-2020]. Disponível em <https://newleftreview.org/issues/II73/articles/2943?token=LzDx8SmWQ7o5>
- UCLÉS, Mario Hugo (1989), Movimentos urbanos e regionais na América Central na década de 80, *Revista Espaço & Debates*, n. 26, pp. 74-83.
- VALIENGO. Caio B.; OLIVEIRA, Marília J. (2020), Coletivos e o ciclo de protestos dos anos 2010: reflexões sobre horizontalidade e as tecnologias digitais da informação e comunicação. *Simbiótica*, v.7, n.3, pp.74-97 [Consult. 05-01-2020]. Disponível <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33696>

Abstract

The article proposes to reflect on the notion of “brand new” movements and collectives from the literature that characterize them as novelty in the face of the use of social networks, the non-party linkage, horizontality and the notion of autonomy of these organizations. We asked if the characteristics of the “brand new” movements and collectives as a novelty and are not similar to other movements and political groups in different historical times. In this way, we will present a brief debate on autonomous movements and the notion of autonomy from events like May 68 in France and Italy to analyze how some of the “brand new” movements and collectives inherited old practices.

Keyword: brand new; autonomism; may 1968.

Resumen

El artículo propone reflexionar sobre la noción de “nuevíssimos” movimientos y colectivos de la literatura que los caracterizan como novedad por el uso de las redes sociales, la vinculación no partidista, la horizontalidad y la noción de autonomía de estas organizaciones. Preguntamos, nos preguntamos si las características de los “nuevíssimos” movimientos y colectivos como novedad no son similares a otros movimientos y grupos políticos en diferentes épocas históricas. De esta manera, presentaremos un breve debate sobre los movimientos autónomos y la noción de autonomía frente a eventos como el de Mayo del 68 en Francia e Italia para analizar cómo algunos de los “nuevíssimos” movimientos y colectivos heredaron viejas prácticas.

Palabra clave: nuevíssimos; autonomismo; mayo del 1968.
